

Contrato inovador facilita calibração de equipamento médico-hospitalar

Utilizadas para transferência precisa de volume de líquidos, como sangue e reagentes, as pipetas são instrumentos que devem passar por calibrações periódicas para garantia de sua precisão. Esse processo evita que erros interfiram, por exemplo, no resultado de pesquisas. A fim de agilizar a calibração das cerca de 600 pipetas usadas no INCA, o Serviço de Engenharia Clínica, responsável pela manutenção dos equipamentos médico-hospitalares do Instituto, contratou duas empresas para realizar o serviço.

De acordo com os analistas em Ciência & Tecnologia Adail Pereira e Marcos Lima, o novo modelo de contrato é inovador e trará muitos benefícios para o INCA. "Geralmente as instituições fazem acordos que estabelecem um número fixo de calibrações por mês, com valor pré-definido de pagamentos mensais", explica Adail. "Uma vantagem do contrato que firmamos é que o serviço será feito sob demanda. Se em um determinado mês nenhuma pipeta precisar ser calibrada, o INCA não terá que pagar nada", completa.

Outra vantagem é a redução do tempo entre a saída e o retorno dos equipamentos ao Instituto. Antes, todas as vezes que um instrumento precisava passar por calibração, era necessário pesquisar as empresas, avaliar os preços e só então abrir um contrato isolado para cada pipeta. Todo o processo, entre a abertura da ordem do serviço e o retorno das pipetas, demorava, em média, 60 dias. O novo contrato tem o objetivo de reduzir esse tempo para apenas 15 dias.

A mudança fez com que diminuisse a quantidade de trabalho e de processos administrativos. "Agora conseguimos fazer o serviço com mais facilidade. Além da calibração, também consta no contrato a realização de manutenções corretivas, caso as pipetas precisem passar por limpeza ou troca de peças", comenta Marcos.

Manutenção é tema de seminário

As pipetas são apenas um dos muitos itens que compõem o parque de equipamentos médico-hospitalares do INCA, estimado em cerca de 7 mil unidades. Desde 2004 o Instituto vem trabalhando na implementação de melhorias na gestão do ciclo de vida desses aparelhos, o que o aproximou de instituições como o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-RJ) e o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ).



A bióloga Marcê Spinelli utiliza o equipamento em laboratório do HC I

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre o tema, o INCA promoveu, em parceria o Crea-RJ e a Coppe/UFRJ, o seminário *A Importância da Instalação e Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares: O Papel da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)*. O evento foi realizado no dia 6 de novembro, no auditório Moacyr Santos Silva, com participação de profissionais da área de gestão e manutenção de equipamentos médico-hospitalares, em organizações públicas ou privadas.

Entre outros temas, o seminário abordou o conceito, a relevância e a obrigatoriedade da ART. De acordo com Luis Donadio, chefe do Serviço de Engenharia Clínica do INCA, o Crea-RJ possui uma norma de fiscalização que define que qualquer serviço de manutenção de equipamento médico-hospitalar precisa de um responsável técnico. "Isso é formalizado pela emissão da ART, que também possibilita verificar se o profissional tem habilitação compatível com o trabalho que irá executar", explica.

A mesa de abertura do evento contou com as presenças do engenheiro Samuel Lischinsky, representando o vice-presidente do Crea-RJ, Luiz Antonio Cosenza; do vice-diretor do INCA, Reinaldo Rondinelli; e do coordenador de Administração do Instituto, André Tadeu Bernardo de Sá.



Evento no prédio-sede abordou a importância da Anotação de Responsabilidade Técnica

INCA participa de GT do Crea-RJ

Luis Donadio representará o Serviço de Engenharia Clínica do INCA no grupo de trabalho formado pelo Crea-RJ para revisão da Norma de Fiscalização das Atividades de Instalação e Manutenção de Equipamentos e Aparelhos Odonto-Médico-Hospitalares (NFC-01/96). O objetivo do GT é discutir formas de adaptar a NFC-01/96, considerada defasada em alguns pontos, à realidade da área médico-hospitalar brasileira.